



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



91
J

GS
Nº 70015761695
2006/CÍVEL

AÇÃO DIRETA DE
INCONSTITUCIONALIDADE

DE

ÓRGÃO ESPECIAL

Nº 70015761695

COMARCA DE PORTO ALEGRE

PREFEITO MUNICIPAL DE VIAMÃO

PROPONENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE
VEREADORES DE VIAMÃO

REQUERIDO

ILMO SR PROCURADOR GERAL DO
ESTADO

INTERESSADO

ILMO SR PROCURADOR GERAL DE
JUSTIÇA

INTERESSADO

DECISÃO

Vistos.

Recebo a emenda à inicial.

Como já referido no despacho de fl. 84, cuida-se de Ação Direta de Inconstitucionalidade contra a Câmara Municipal de Viamão, sustentando o Prefeito Municipal de Viamão a inconstitucionalidade da Lei Municipal nº 3.479/2006 e que instituiu o denominado "passe livre" aos deficientes mentais nos coletivos de transporte urbano do Município.

Passo, agora, ao exame do pedido liminar de sustação dos efeitos da Lei Municipal nº 3.479/2006.

Na esteira da jurisprudência desta Corte, **DEFIRO** o pedido liminar de suspensão da Lei objeto desta ação.

9
1



Q2
f

GS
Nº 70015761695
2006/CÍVEL

É que o Órgão Especial, em situações análogas, ou seja, nos casos em que se instituiu a isenção de tarifa em transporte coletivo municipal, vem, reiteradamente, reconhecendo a sua inconstitucionalidade.

A propósito:

"AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI MUNICIPAL. ISENÇÃO DE TARIFA NO TRANSPORTE COLETIVO. É inconstitucional a Lei Municipal nº 4.063/2003, de iniciativa do Poder Legislativo, que estabelece isenção de tarifa no transporte coletivo do Município de Bagé para os maiores de sessenta anos de idade. Tudo, por vício de origem e, assim, com afronta aos artigos 8º, 10 e 82, VII, da Constituição Estadual, uma vez dispondo sobre atribuições da administração pública, ferindo a harmonia e independência dos Poderes e atropelando a iniciativa privativa do Executivo. Ação julgada procedente".
(Ação Direta de Inconstitucionalidade Nº 70011796836, Tribunal Pleno, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Leo Lima, Julgado em 12/12/2005)

"AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI MUNICIPAL. ISENÇÃO DE TARIFA NO TRANSPORTE COLETIVO. É inconstitucional a Lei Municipal nº 3.566/2004, de iniciativa do Poder Legislativo, que estabelece isenção de tarifa no transporte coletivo do Município de Cachoeira do Sul. Tudo, por vício de origem e, assim, com afronta aos artigos 10 e 82, VII, da Constituição Estadual, uma vez dispondo sobre atribuições da administração pública, ferindo a harmonia e independência dos Poderes e atropelando a iniciativa privativa do Executivo. Ação julgada procedente".
(Ação Direta de Inconstitucionalidade Nº 70010366052, Tribunal Pleno, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Leo Lima, Julgado em 02/05/2005)

"ADIN. TRANSPORTE COLETIVO. ISENÇÃO DE TARIFA. Padece de inconstitucionalidade formal por vício de iniciativa a lei originada do Legislativo que prevê a isenção de tarifas no transporte coletivo municipal no último domingo do mês. Ação procedente".

2



Q3
J

GS
Nº 70015761695
2006/CÍVEL

(Ação Direta de Inconstitucionalidade Nº 70006766240, Tribunal Pleno, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Maria Berenice Dias, Julgado em 16/02/2004)

"AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - LEI MUNICIPAL DE SANTA MARIA QUE DISPÕE SOBRE A ISENÇÃO DA TARIFA DO TRANSPORTE COLETIVO URBANO PARA OS ACOMPANHANTES DAS PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA FÍSICA, MENTAL OU SENSORIAL - ORIGEM NA CÂMARA DE VEREADORES - OFENSA AO PRINCÍPIO DA INDEPENDÊNCIA E HARMONIA ENTRE OS PODERES - VÍCIO DE INICIATIVA - LEGITIMIDADE DO SINDICATO PARA ARGÜIR O VÍCIO FORMAL AINDA QUE A LEI TENHA SIDO SANCIONADA PELO PREFEITO MUNICIPAL - INCONSTITUCIONALIDADE MATERIAL TAMBÉM CONFIGURADA, NA MEDIDA QUE HOVE INTERFERÊNCIA NO DOMÍNIO ECONÔMICO - OFENSA AOS ARTIGOS 10, 60, II 'D', 82, VII, 158 E 163 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. Ação julgada procedente". (Ação Direta de Inconstitucionalidade Nº 70006576938, Tribunal Pleno, Tribunal de Justiça do RS, Relator: João Carlos Branco Cardoso, Julgado em 17/11/2003)

E o vício de inconstitucionalidade que se tem reconhecido, a exemplo do que ocorre na situação dos autos, é a indevida ingerência do Poder Legislativo na esfera de competência do Poder Executivo.

Tal interferência de um poder em outro, como vem decidindo este Tribunal, como a "... que concede a gratuidade do serviço de transporte coletivo para determinado grupo de pessoas implica em ingerência na atividade administrativa, visto que ao Município incumbe, na condição de concedente ou de promitente, preservar a equação financeira das respectivas concessões ou permissões de transporte". E conclui: "... o receio de lesão grave e de difícil reparação decorre da aplicação da lei e conseqüente desarranjo naquela equação, sem que haja a menor possibilidade de recobrar o custo deste transporte gratuito" (**Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 70007642739 – Relator Desembargador Araken de Assis**).

3
J



94
J

GS
Nº 70015761695
2006/CÍVEL

Tendo, pois, este Tribunal, em vários feitos, reconhecido a inconstitucionalidade de atos legislativos de isenção de tarifa de transporte coletivo, inclusive de pessoas portadoras de deficiências, como a jurisprudência supra, por vício de inconstitucionalidade forma por vício de iniciativa, vai deferida a liminar de sustação dos efeitos da Lei nº 3.479/2006.

Intimem-se, conforme requerido, O Presidente da Câmara de Vereadores, o Procurador Geral do Estado e o Procurador Geral de Justiça.

Porto Alegre, 14 de agosto de 2006.


DES. GUNTHER SPODE,
Relator.